A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO TERRITORIAL DE INOVAÇÃO: O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO INCENTIVO ÀS PRÁTICAS INOVADORAS DE GESTÃO

The University as a Territorial Space for Innovation: The Role of University Extension in Encouraging Innovative Management Practices

RESUMO

A interação Universidade-Sociedade pode ser encarada, aliada à pesquisa e à docência, como uma das principais atividades das escolas de nível superior. O Prêmio Gestão Pública e Cidadania (GPC), concedido pela Fundação Getúlio Vargas, busca tal relacionamento com as comunidades envolvidas, ao julgar, avaliar e premiar iniciativas de desenvolvimento local. Objetivou-se, principalmente, neste artigo, realizar uma análise georreferenciada do Prêmio GPC, apresentando ao leitor as principais características dos projetos de desenvolvimento que foram avaliados como: área de atuação, abrangência, público alvo, etc. A análise diz respeito aos anos de 2005 e 2006. Ao contrário do esperado, nos resultados mostrou-se que as regiões mais carentes do país são, também, as que apresentam menor quantidade de projetos em distintas áreas de atuação.

Arnaldo Mauerberg Junior
Fundação Getúlio Vargas
amauer@mit.edu

Julia Guerreiro
Fundação Getúlio Vargas
juliamguerreiro@gmail.com

Caio Cesar de Medeiros Costa
Fundação Getúlio Vargas
caiocesq@hotmail.com

Marco Aurelio Marques Ferreira
Universidade Federal de Viçosa
marcoaurelio@ufv.br

Recebido em 25/10/2013. Aprovado em 24/02/2014
Avaliado pelo sistema blind review
Avaliador científico: Fernando Guilherme Tenório

ABSTRACT

The university-society interaction, allied to research and teaching, may be seen as one of the main activities of schools of higher education. The Public Management and Citizenship Award (GPC) granted by Fundação Getúlio Vargas seeks such a relationship with the communities involved, when judging, evaluating and awarding local development initiatives. The main objective of this paper is to performe a georeference analysis of the GPC Award, presenting the reader with the main features of the development projects which were assessed as: field of activity, scope, target audience, among others. The analysis concerns the years of 2005 and 2006. Contrary to expectations, the results showed that the poorest geographic regions of the country were also the ones presenting the lowest number of projects in many fields.

Palavras-chave: Extensão universitária, desenvolvimento local, Prêmio Gestão Pública, Cidadania.

Keywords: University extension, local development, Public Management, Citizenship Award.

1 INTRODUÇÃO

O ensino, a pesquisa e a extensão são práticas universitárias indissociáveis destacadas pela Constituição brasileira de 1988. O papel das universidades, expandido aqui para as instituições de ensino superior (IES), de uma maneira geral, vai além do ensino e congrega, também, as funções de investigação e de prestação de serviços (SANTOS, 1996). Essa prestação de serviço pode ser entendida como sendo a extensão universitária. A extensão pode ser entendida como práticas diversas onde a universidade se insere na sociedade a qual pertence, realizando, entre outras atividades, o desenvolvimento de projetos e recebendo novas experiências de vida acumulada pelos membros da academia, baseadas no convívio com pessoas de classes sociais muitas vezes distintas das suas, o que de maneiras distintas contribui para o desenvolvimento das localidades nas quais esses tipos de projetos são desenvolvidos.

Esse tipo de prática é cada vez mais utilizado por instituições de ensino superior das mais variadas naturezas

no Brasil, públicas e privadas, que utilizam desse exercício como uma forma de treinamento de seus estudantes além de propiciar aos mesmos uma inserção nas comunidades beneficiadas.

Além do já esperado papel das escolas públicas junto às sociedades, em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), no ano de 2004, mostra que as IES privadas, também, têm realizado ativamente atividades que visam à mudança social e ao desenvolvimento local. As atividades realizadas por essas instituições atingiram 18.462.607 pessoas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR - ABMES, 2013) e contribuíram diretamente para o desenvolvimento das localidades e à melhoria da qualidade de vida da população.

Na literatura destaca-se que projetos de extensão possuem distintas variantes e abrange desde ao atendimento direto à população, realizado por estudantes de medicina, até projetos que incentivem práticas de desenvolvimento inserindo os estudantes nas comunidades.

Assim, práticas que buscam o desenvolvimento local são impulsionadas, por meio da visibilidade adquirida por projetos de extensão universitária que objetivam identificar, analisar e disseminar iniciativas inovadoras. Considerando, ainda, a complexidade relacionada à criação desse tipo de ação, verifica-se a necessidade da integração entre diferentes atores, dentre os quais pode se inserir a universidade que pode atuar de diferentes maneiras como, por exemplo, a de avaliação e de disseminação dessas ações.

Destarte esse estudo de caráter descritivo, objetivou-se analisar essas práticas inovadoras com vistas ao desenvolvimento local e o papel dos programas de extensão universitária como disseminador e incentivador desse tipo de prática. A análise busca, por meio de técnicas de geoprocessamento, apresentar nos mapas as características dos projetos analisados pelo Prêmio GPC e, pela base de dados disponível, encontrar indícios de cidades com projetos bem classificados pelas equipes do Prêmio possuírem em anos posteriores um aumento de novas iniciativas. Pode ser observado um aumento de novos programas em cidades que tiveram iniciativas premiadas um ano antes.

Para cumprir os objetivos aqui propostos, neste estudo realiza-se um recorte analítico e toma como unidade de análise de 1829 práticas identificadas e analisadas no âmbito do Prêmio Gestão Pública e Cidadania. Justifica-se a escolha dessas unidades pela riqueza da base de dados e pela importância do GPC que abrange todos os estados brasileiros.

Apesar da importância da temática aqui analisada, ainda são parcos os estudos que descrevem as práticas consideradas inovadoras com vistas ao desenvolvimento local associando essa prática a projetos de extensão realizados por instituições de ensino superior. A descrição georreferenciada das iniciativas e a discussão do papel desse tipo de projeto, na disseminação de práticas similares às aqui analisadas, constituem, então, na principal contribuição desse estudo ao estado da arte. Espera-se, ainda, que, ao demonstrar a importância dos projetos de extensão no estimulo a exercícios inovadores como os do âmbito do GPC, esse trabalho incentive a criação de novos projetos similares ao Prêmio.

O presente artigo se organiza considerando a introdução em cinco seções. A seção de número dois apresenta a revisão de literatura que aborda os tópicos referentes à extensão universitária e ao desenvolvimento local. O tópico de número três exibe o arcabouço metodológico utilizado no estudo, a seção quatro traz a análise e os resultados encontrados na pesquisa. Por fim, na seção de número cinco, as considerações finais do estudo são abordadas.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Este tópico aborda a questão da extensão universitária, tida como um dos três pilares destas instituições, juntamente com o ensino e a pesquisa. A extensão pode ser entendida como práticas diversas onde a universidade se insere na sociedade a qual pertence, gerando integração, oferecendo conhecimento para o desenvolvimento de projetos e recebendo novas experiências de vida acumulada pelos membros da academia, baseadas no convívio com pessoas de classes sociais muitas vezes distintas das suas.

De acordo com Melo Neto (1996), a universidade deve ser vista como prestadora de serviços à comunidade, a extensão universitária americana possui esta característica, enquanto que a extensão oriunda das escolas europeias preconiza a disseminação de conhecimento técnico entre os povos. De acordo com o autor, a tradição europeia acabou por determinar, na maior parte das vezes, as práticas de extensão universitária no Brasil. Vide a enorme quantidade de cursos do tipo MBA declarados como de extensão.

A literatura sobre o assunto pode ser dividida da seguinte forma: estudos próprios elaborados pelas universidades, muito semelhantes a relatórios internos; avaliação local de parceiros, análises de seus próprios processos e resultados produzidos por pesquisadores e professores da mesma universidade; o objetivo é detectar e documentar o que a população alvo dos projetos estudados está esperando sobre a iniciativa; propostas,

discussão e métodos de avaliação de parcerias, ou, como parcerias campus-comunidade podem ser avaliadas de fato, comparações de estudos de caso, tendências gerais em comum de várias parcerias; e avaliação nacional de programas que suportam parcerias locais, trata-se do agrupamento das quatro anteriores para traçar um programa nacional de incentivo (RUBIN, 2000).

Castro (2004) afirma que as mais tradicionais formas de extensão universitária, na forma de serviço no Brasil, estão atreladas à área de saúde, com a prestação de serviços à população pelos hospitais universitários. Para ele, a universidade deve questionar e oferecer à população condições de realizar o mesmo, gerando, assim, emancipação educacional nas pessoas. Em sua opinião, os processos de extensão dependem menos da estrutura administrativa e burocrática da instituição e mais de alunos e professores.

O atual destaque galgado pela extensão no país contrasta com o papel secundário que lhe foi concedido décadas antes, como mostra o trabalho de Cunha (1989). Segundo este autor, aquele *status* secundário lhe fora conferido pela Lei nº 5540/68, que colocava a extensão em segundo plano atrás da pesquisa e do ensino, porém o seu crescimento fez com que a atividade deixasse de ser coadjuvante e atingisse outro *status* na Constituição Federal de 1988.

No Brasil, a questão da extensão universitária tornou-se mais discutida após a redemocratização dos anos 80. Tavares (1997), ao analisar a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (Governo Sarney),[1] o Programa Nova Universidade,[2] o Programa Setorial de Ação do Governo Collor na área de Educação 91/95,[3] e o Planejamento Político e Estratégico do MEC entre 1995 e 1998,[4] concluiu que os projetos de governo colocam a extensão como terceira função da universidade, de cunho apenas assistencialista, visando à divulgação da ideologia dominante.

Entre as características desejáveis de um programa de extensão está a sua flexibilidade, mudando sua atuação sempre que as demandas da população se alteram. Hennington (2005) mostrou que este tipo de programa possui esta característica e que futuros programas devem basear sua organização neste pilar, qual seja, o da flexibilidade.

Pensando no termo emancipação educacional, como já citado por Castro (2004), programas de extensão universitária podem, além de prestar serviços com excesso de demanda da população, criar oportunidades para que a própria população assimile novos conhecimentos e os coloquem em prática no seu cotidiano.

Diversas formas de extensão universitária podem ser criadas, as relacionadas à saúde, como vimos pelo atendimento por alunos de cursos da área médica em hospitais escola, os de educação financeira, como pode ser conferido em Savoia, Saito e Santana (2007), Volpe, Chen e Liu (2006) e Worthington (2206), as de atuação diretamente social junto às comunidades.

Sorensen e Lawson (2011) analisaram o East St. Louis Project da Illinois University e notaram que, primeiramente, é necessário estabelecer confiança entre as partes. Entre os pontos fortes do projeto está a questão de existir uma base física em St. Louis com assistência para violentados domesticamente e para os veteranos de guerra sem lar. As instituições devem saber suas prioridades, possuir uma estrutura organizacional com a criação de uma unidade, como um centro de serviço para promover liderança e assistência. O sucesso vem do comprometimento dos alunos e do envolvimento dos professores. É, ainda, necessário observar as diferenças entre os membros das escolas e a população alvo dos projetos, tais como: classe social, métodos de trabalho e organização. No modelo do tipo do orientado pelo consultor, existe a necessidade de um agente focado integralmente no projeto, enquanto que no direcionado pela comunidade, o sucesso só existe quando instituições comunitárias muito bem organizadas integram a iniciativa juntamente com a universidade. Entretanto, sem condições financeiras, por mais que os projetos possuam estas características ele não será viabilizado (DEWAR; ISAAC, 1998; GAFFIKIN; MORRISSEY, 2008; HOLLAND, 1997).

Apesar das distintas possibilidades de efetivação da extensão, a literatura destaca a importância da extensão na formação profissional, porém aborda que o real sucesso dessas práticas somente é obtido, quando essas são associadas a outras atividades inerentes à academia (NASCIMENTO, 2013), ou seja, a pesquisa e o ensino, no que se convencionou chamar de indissociabilidade.

Essa associação das práticas, segundo Cunha (1989), foi uma resposta à autonomização verificada pela extensão, anterior à Constituição Federal de 1988, que destacou a extensão e garantiu a indissociabilidade. Segundo a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES (2003), o princípio da indissociabiliadade "[...] favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho coletivo".

[1]Objetivo de traçar as principais diretrizes para as instituições.
[2]Para fomentar as instituições.
[3]Determinação de metas para as instituições e definição de recursos.
[4]Visando à racionalização dos custos.

Ainda nessa direção, Silva (2013) destaca a importância da extensão associada a outras atividades universitárias na formação e na criação de vantagens para a IES:

> Os impactos da extensão universitária proporcionam vantagens competitivas, de um lado, ao agregar valor ao ensino e ao estimular a pesquisa a partir de uma visão crítica da realidade e de outro, a IES passa a ser reconhecida e legitimada pela sociedade pela sua atuação comprometida com o seu entorno (SILVA, 2013, p. 2).

Nota-se, portanto, que o papel da extensão vai além da melhoria da qualidade de vida da população diretamente impactada pelos programas, a extensão contribui de maneira efetiva para as outras atividades universitárias, contribuindo para uma formação mais ampla alcançada por meio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

2.1 Desenvolvimento Local e o Prêmio Gestão Pública e Cidadania

O desenvolvimento local pode ser entendido como "um processo de desenvolvimento centrado num território concreto em que os protagonistas são uma pluralidade de atores que ocupam determinadas posições no espaço social e que estabelecem relações em função de metas e projetos comuns" (TENÓRIO, 2004). Para Silveira, Bocaiuva e Zapata (2002), desenvolvimento local é um processo nucleado considerando experiências desencadeadoras. Neste caso, a ideia do desenvolvimento local aparece como extensão e desdobramento de acúmulos localizados, como uma perspectiva que se traduz em arranjos progressivos no território. De todo modo, o fato é que desenvolvimento local com cidadania envolve uma ação coordenada entre a sociedade e o poder público local, implementada por meio de um processo participativo e democrático, com o objetivo de desenvolver a área social, política ou econômica de uma determinada região.

Uma das dificuldades na promoção do desenvolvimento local, principalmente no Brasil, é a baixa participação popular. Mesmo que se tenha observado uma tendência de crescimento da participação nas decisões municipais desde 1988, ela ainda é muito restrita (TENÓRIO, 2004). Décadas de experiências com projetos de desenvolvimento comprovam que a capacidade de organização local, a riqueza do capital social, a participação popular e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais na consolidação de determinadas práticas (DOWBOR, 2010). De acordo com Martins, Vaz e Caldas (2010), a chave para analisar as experiências de desenvolvimento local em articulação com os processos participativos é considerar sua incidência no combate à desigualdade. A participação popular é uma estratégia fundamental dos políticos eleitos para promover a redistribuição de poder e da renda e seria o caminho para privilegiar os setores excluídos.

Assim, a avaliação de iniciativas do desenvolvimento local deve ter como referência a relação entre o espaço local e inovações institucionais que unifiquem estrategicamente e potencializem as ações para o desenvolvimento. Há necessidade de se combinar processos, produzindo alianças estruturadas por redes de atores sociais, institucionais e governamentais que se organizem de forma participativa (SILVEIRA; BOCAYUVA; ZAPATA, 2002).

Nesse contexto da avaliação de iniciativas a participação dos projetos de extensão torna-se fundamental, em decorrência de outros pontos ao conhecimento da academia e à confiança depositada na mesma, encarando essa avaliação como sendo um aval do projeto.

Um dos mais importantes programas de extensão universitária que atua nesse sentido é o Prêmio (ou Programa) Gestão Pública e Cidadania, criado em 1996 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pela Fundação Ford. O GPC visa estudar e premiar projetos de iniciativa de prefeituras, estados, governo nacional e povos indígenas que possuem intuito de melhorar a qualidade de vida em determinadas regiões. Para concorrer ao prêmio, os projetos deveriam ter pelo menos um ano, ser administrados por entidades governamentais e comprovar aumento do bem-estar na comunidade atingida. De todos os inscritos, apenas os programas de destaque eram selecionados para receber visitas pessoais dos pesquisadores da FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV, 2013).

Spink, Clemente e Keppke (1999) apontam que os objetivos do programa são encorajar os estados, os municípios, além das organizações autônomas, a partilharem suas abordagens utilizadas para responder as demandas da comunidade e, também, às questões públicas; e criar mecanismos que possibilitem a ampla divulgação dessas inovações.

O Prêmio tinha por foco experiências – políticas, programas, projetos ou práticas – com impacto positivo no fornecimento de serviços públicos, passíveis de reprodução em outras localidades, que utilizassem recursos e oportunidades de maneira responsável e que ampliassem o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos, criando, consequentemente, desenvolvimento local de uma maneira positiva. A estratégia utilizada nos

primeiros dez anos do Prêmio combinou uma metodologia de pesquisa pouco convencional na busca de informações com um mecanismo coletivo de análise e discussão das informações colhidas, incluindo, ainda, a devolução das informações reunidas às equipes dos programas. Reunia, assim, elementos dos observatórios de políticas públicas com aspectos da pesquisa-ação (FGV, 2013).

Em cada ciclo anual, os programas, projetos e práticas inscritos foram avaliados por pesquisadores, técnicos e especialistas em administração pública, sendo escolhidas cem experiências como semifinalistas. Após enviar mais detalhes sobre suas atividades, trinta eram selecionadas anualmente para receber visitas *in loco* e vinte, sobrando como finalistas do ano. Nos seus dez anos de existência, o programa identificou e registrou mais de 8.000 experiências inovadoras localizadas em mais de 890 municípios de todos os tamanhos, distribuídos por todos os estados brasileiros, além de um número significativo de experiências estaduais e de povos indígenas. As experiências registradas vêm de muitas áreas diferentes da ação pública e fornecem informações importantes sobre o que está acontecendo em uma parte dos governos subnacionais, orientada para a mudança e para a inovação (FGV, 2013).

Uma análise um pouco mais profunda destas iniciativas permite observar novas políticas em setores tradicionais, como articulação federal em saúde, alguns programas atendendo segmentos da população antes não atendidos, mudanças na relação entre estado e cidadão, entre estado e sociedade civil, integração de ações e políticas públicas e mudanças na forma de gestão de organizações estatais. A maioria dos projetos é original, com maior custeio dos municípios, maior foco na questão do emprego e renda, grande parte desenvolvido em parceria com associações comunitárias, instituições religiosas, de ensino, sindicatos e organismos internacionais. São, ainda, experiências que podem ser transferidas para outras cidades com baixo nível de adaptação (FARAH, 1997; TENÓRIO; ROZENBERG, 1997).

Desta forma, o Prêmio GPC fornece uma rica fonte de informações a respeito da questão do desenvolvimento local das diversas regiões analisadas, sendo, ainda, uma forma de extensão universitária bastante interessante.

3 METODOLOGIA

Esse artigo possui um caráter descrito e se baseia em análises quantitativas e georeferrenciadas no sentido de apresentar os aspectos espaciais e os efeitos de projetos de desenvolvimento local, considerados como sendo destaque na criação de novas iniciativas com objetivos semelhantes.

As características dos casos analisados serão: número de iniciativas por cidade, implantação urbana ou rural e área de atuação (econômica, social, educacional, serviços públicos, etc). Desta forma, a intenção é comparar, geograficamente, as iniciativas participantes do Prêmio GPC, de modo a fornecer uma análise visual de seu espalhamento nacional e/ou regional entre os diversos municípios brasileiros.

A base do projeto contém 8229 observações relacionadas às iniciativas inscritas no programa de 1996 a 2005. Além de informações sobre a localidade na qual se inserem as iniciativas, a base possui, ainda, o nome do programa analisado, ano da visita, área de atuação (segurança, educação, saúde, etc.), empresa promotora (que pode ser uma entidade privada ou pública como uma secretaria de governo, por exemplo), dados pessoais do contato no projeto, local de implantação (urbano, rural ou ambos), abrangência (municipal, estadual regional, nacional, distrito federal, território indígena, intermunicipal ou interestadual), número de habitantes, status no Prêmio GPC (inscrito, semifinalista, pré-finalista, finalista e destaque), meio de divulgação (mala direta, rádio e televisão, jornal e revista, internet e contato pessoal) e resumo da experiência.

Infelizmente uma grande parte dessas observações foi excluída da amostra utilizada nesse estudo, principalmente pelo fato de não possuírem uma codificação que permitisse o georeferrenciamento dos municípios.

A amostra que compõe esse estudo possui, então, 1829 observações. Em que pese as perdas, o grande número de observações da amostra pode ser, ainda, considerado significativo e permite fomentar importantes discussões acerca do papel dos projetos de extensão universitária e das iniciativas com vistas ao desenvolvimento local na criação de um ciclo virtuoso de incentivo a novas iniciativas dessa natureza.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção traz os resultados da análise realizada sobre a base com foco nos anos de 2005 e 2006.

4.1 A Atuação do GPC no Território Brasileiro

Neste primeiro subtópico são mostradas e discutidas as análises georreferenciadas realizadas com base nas práticas inscritas no GPC.

A média de iniciativa por Estados é de 130,64 iniciativas, somente os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina apresentam números acima da média. Esses estados correspondem a 68,07% de todas as iniciativas que contêm na base,

ao expandimos esse grupo para os estados das regiões Sul e Sudeste verifica-se que 78,40% das iniciativas são concentradas nessa região o que denota uma grande concentração.

A tabela 1 apresenta o número de programas inscritos em cada estado e o local de implementação dos mesmos.

TABELA 1 – Número de Programas por Estados e Local de Implementação

Estados	Urbano	Rural	Ambos	Total geral
AC	4	3	2	9
AL	1	1	1	3
AM	4	3	2	9
AP	1		2	3
BA	23	6	11	40
DF	1		1	2
ES	19	2	3	24
GO	14	1	3	18
MA	7	2	11	20
MG	130	8	53	191
MS	17		6	23
MT	12	2	1	15
PA	18	3	7	28
PB	5	3	7	15
PE	33	2	17	52
PI	16	6	7	29
PR	35	4	28	67
RJ	56	4	38	98
RN	9	5	10	24
RO	2	2	4	8
RS	110	10	64	184
SE	11		13	24
SP	516	26	150	692
TO	1		3	4
SC	73	12	93	178
RR	2			2
CE	38	6	23	67
Total	**1158**	**111**	**560**	**1829**

Fonte: Resultados da Pesquisa

Como já demonstrado pela tabela anterior, há uma grande concentração de programas nas regiões sul e sudeste. De acordo com a figura 1, essa concentração fica mais evidente ao permitir verificar, ainda, uma densidade não somente regional, mas também estadual.

Cabe destacar, entretanto, que todos os estados e regiões apresentaram pelo menos um município com programas inscritos no Prêmio em questão.

Verifica-se, ainda, uma grande concentração de iniciativas tendo a área rural como local de implementação. Somente em Rondônia e em Alagoas é que o número de iniciativas implementadas na área rural é igual àquela implementada na área urbana. A figura 2 apresenta os locais de implementação urbana.

Mais uma vez destaca-se a existência de projetos inscritos em todos os estados do Brasil e o que gera algum questionamento é a concentração de projetos em regiões consideradas como tendo melhores níveis de desenvolvimento. Essa situação pode ser advinda por questões de divulgação do programa GPC realizado por uma instituição sediada em São Paulo.

Outros aspectos podem influenciar a existência de um maior número de projetos nessas regiões. Um exemplo disso são as melhores condições da gestão pública no país, principalmente condições financeiras, como apontado por Dewar e Isaac (1998), Gaffikin e Morrissey (2008) e Holland (1997). Estes autores destacam que, sem condições financeiras, os projetos não podem ser viabilizados, assim como nem mesmo os próprios níveis de desenvolvimento dessas regiões. Condições financeiras propiciam a criação de projetos de melhor qualidade e o envolvimento de outros níveis de poder e de outros parceiros na realização de projetos.

Tal concentração de projetos dessa natureza em regiões com melhores condições pode contribuir para a ampliação dos níveis de disparidades socioeconômicas já existentes entre as regiões brasileiras. Desta forma, esses projetos podem incentivar a criação de novas iniciativas, principalmente considerando a visibilidade alcançada pelo GPC e as próprias iniciativas premiadas pelo Programa, o que levaria a uma concentração ainda maior.

Em um segundo momento, buscou-se focalizar os estados nos quais houve uma maior concentração, já que questões como as discutidas anteriormente, também, podem ser visualizadas em nível intra-estadual como destaca Costa et al. (2012). Além disso, espera-se a existência de um efeito contágio o que intensificaria o caráter concentrador de projetos com esse objetivo.

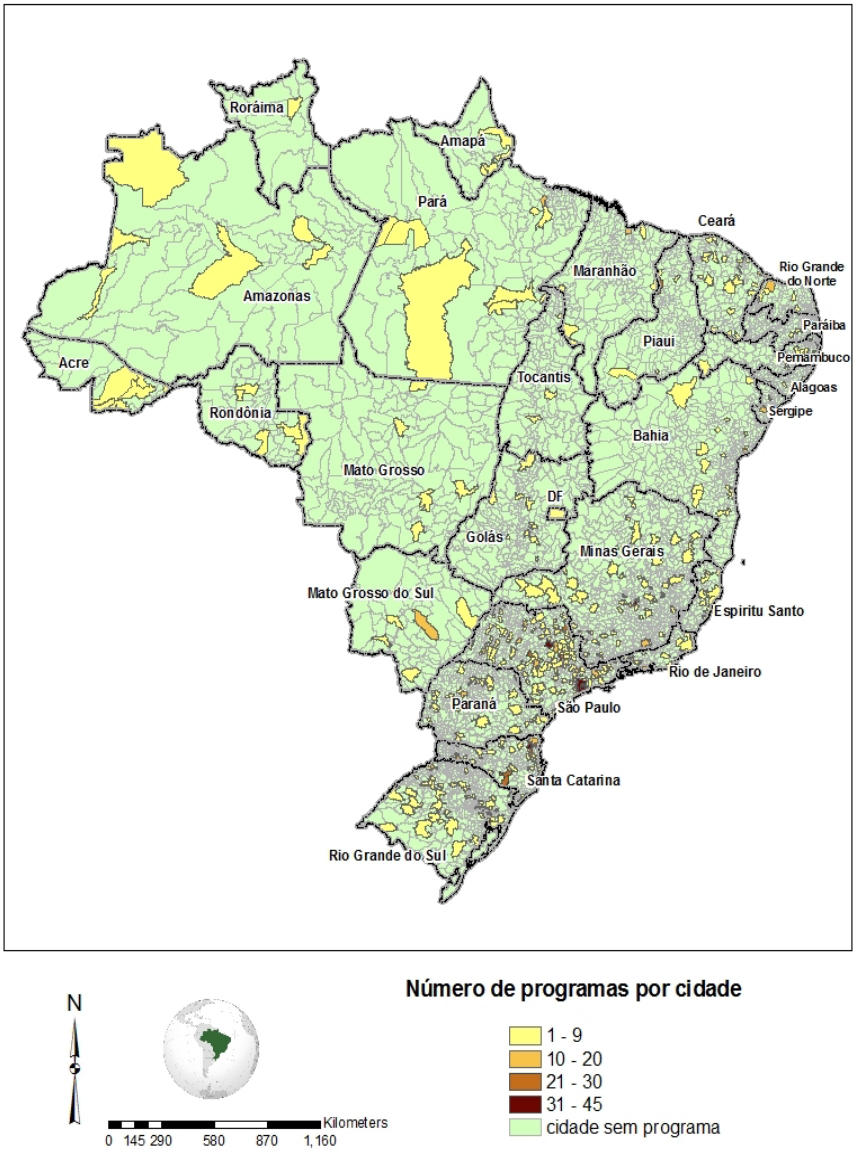

FIGURA 1 – Número de Programas por Cidade

Fonte: FGV (2013)

Das diversas áreas de atuação (Administração e Governo, Infraestrutura e Meio Ambiente, Serviços Públicos, Cidadania e Direitos Humanos, Desenvolvimento Econômico e Social, Legislativo e Judiciário), foram escolhidas, para uma abordagem georreferenciada, as áreas de Serviços Públicos e de Desenvolvimento Econômico e Social. A primeira possui projetos com atuação em abastecimento, previdência e assistência social, segurança pública e policiamento, lazer e esportes, cultura e patrimônio histórico e artístico, transporte público, habitação, saúde e educação. Já a segunda possui projetos relacionados à ciência e tecnologia, indústria, comércio e serviços, agropecuária e pesca, desenvolvimento regional e local em bases sustentáveis, reforma agrária, formação de mão de obra, geração de emprego e renda e melhoria das condições e relações de trabalho. Os dados da área de Desenvolvimento Econômico e Social encontram-se na figura 3, e os de Serviços Públicos, na figura 4.

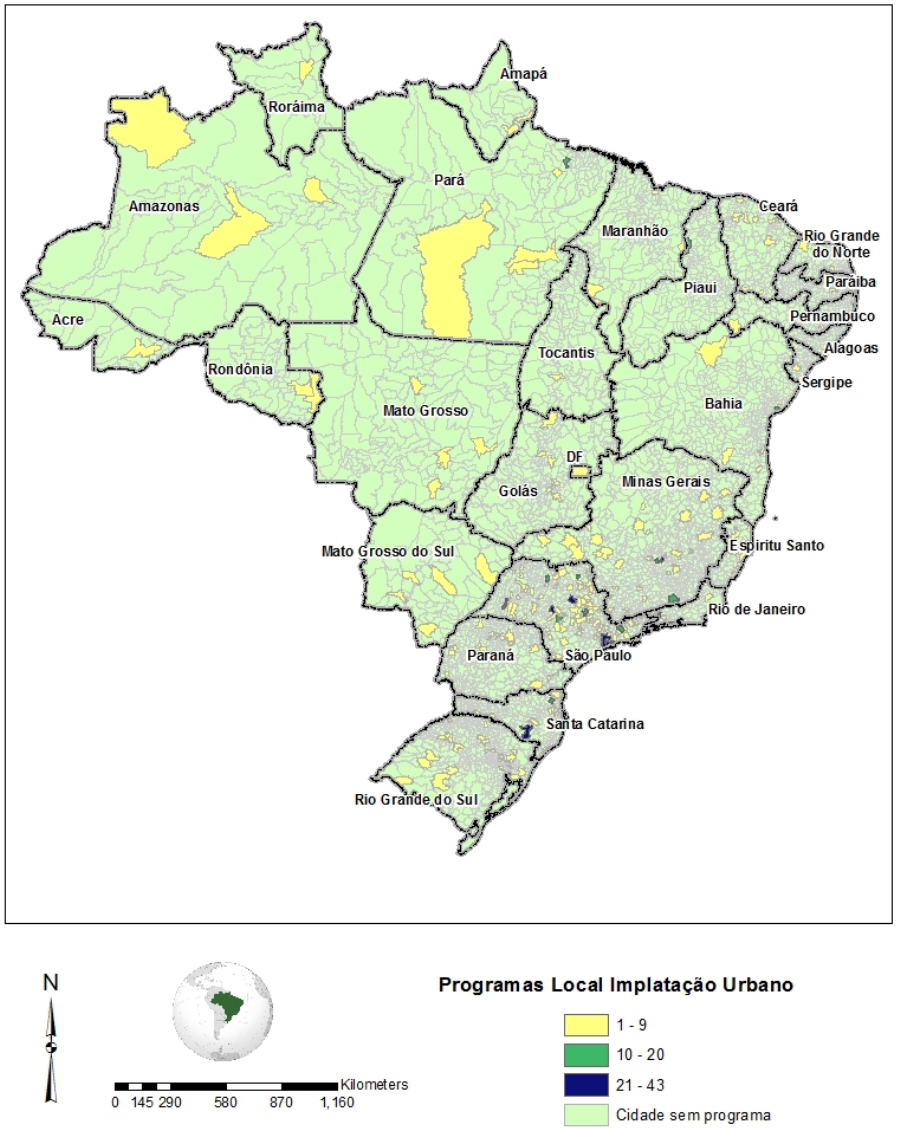

FIGURA 2 – Local de Implantação – Urbano

Fonte: FGV (2013)

No que se refere a iniciativas, inseridas em um conjunto chamado de programas de desenvolvimento econômico e social, verifica-se a existência em grande parte do território nacional com a exceção de Acre, Amapá, Mato Grosso, Roraima, Sergipe, e Tocantins. O grande de número de programas que podem ter essa classificação contribui para a verificação apontada anteriormente

Os programas de serviço público correspondem a, aproximadamente, 46,2% do total de iniciativas inscritas no GPC. Verifica-se, ainda, uma concentração de projetos relacionados a programas de serviços públicos nas regiões sul e sudeste do Brasil, similar àqueles relacionados ao desenvolvimento econômico e social, o que em tese confirma a hipótese de que as condições econômicas são mais relacionadas à criação desse tipo de projeto do que a própria necessidade da comunidade. Destaque aqui para os estados do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul nos quais projetos dessa natureza correspondem a, aproximadamente, 93% e 57%, respectivamente de todas as iniciativas verificadas nesses estados.

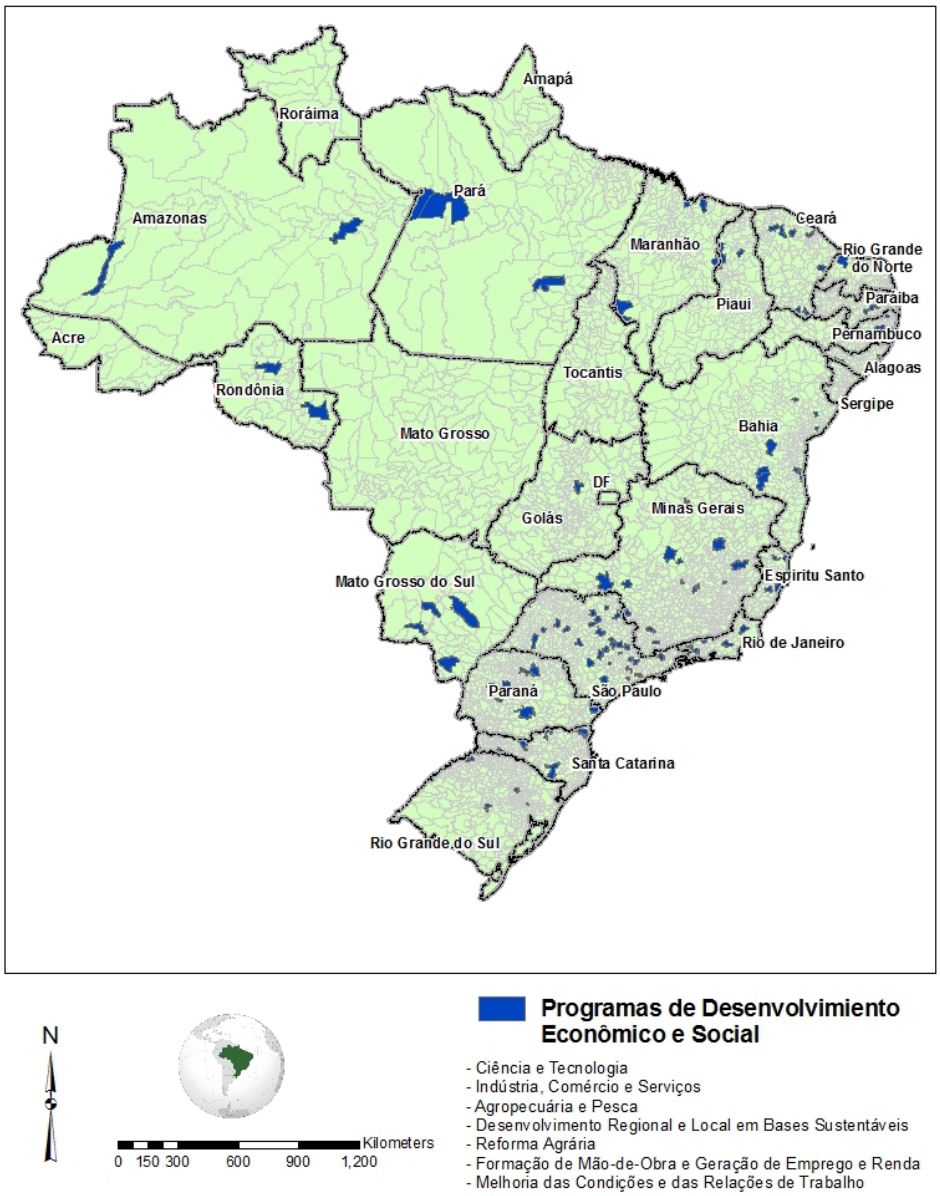

FIGURA 3 – Programas de Desenvolvimento Econômico e Social

Fonte: FGV (2013)

As duas figuras anteriores mostram que o Prêmio Gestão Pública e Cidadania cumpre o seu objetivo de demonstrar a variedade de ideias e soluções disponíveis conforme apontam Spink, Clemente e Keppke (1999). Além disso, mostra que essa variedade ocorre, ainda, na mesma região, o que mostra que a variedade não se dá somente pela existência de características econômicas e necessidades diferentes.

4.2 O Prêmio GPC e a Disseminação e o Incentivo a Novas Práticas

As análises apresentadas nesse tópico foram realizadas no sentido de verificar se a premiação dada pelo GPC gera o que pode ser chamado de efeito contágio fazendo com que seja ampliado o número de iniciativas nos anos posteriores.

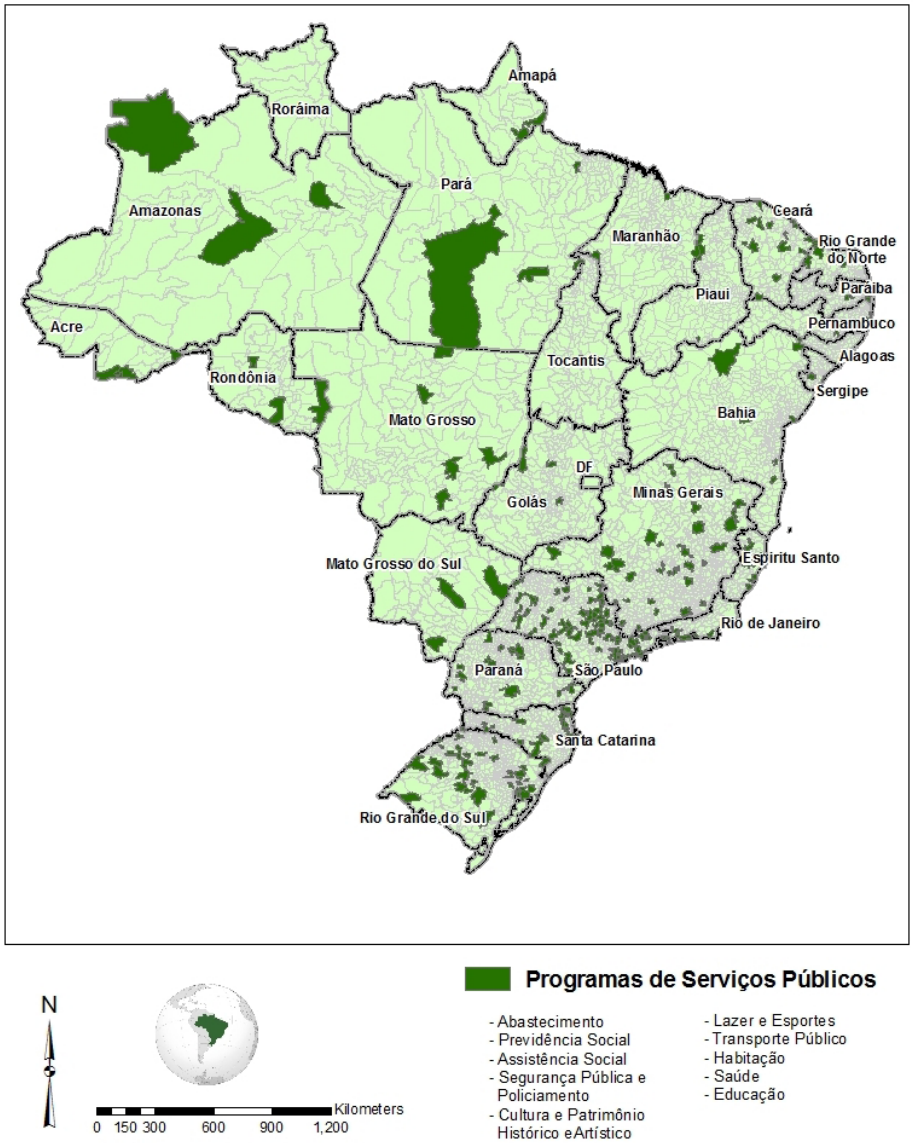

FIGURA 4 – Programas de Serviço Público

Fonte: FGV (2013)

Como demonstrado na literatura, os objetivos do programa são encorajar organizações a partilharem suas abordagens utilizadas para responder as demandas da sociedade e divulgar essas abordagens, como apontam Spink, Clemente e Keppke (1999). Acredita-se que a divulgação de experiências bem sucedidas funcione como um incentivador à criação de novas práticas e a sua posterior inscrição no Prêmio. Nessa direção é factível e importante descrever se cidades com projetos considerados destaques (ou pré-finalistas), finalistas ou premiados pelo GPC tiveram um aumento no número de iniciativas inscritas.

Para analisar essa pressuposição, foram analisados os 27 projetos considerados destaques, verificando se nas cidades nas quais esses projetos foram implementados houve um aumento no número de projetos no ano subsequente.

Como resultado, encontrou-se que nas cidades com os 27 projetos pré-finalistas, finalistas ou premiados

em 2004 surgiram 92 novos projetos do GPC, nos anos posteriores, sendo 88 no ano de 2005 o que permite uma reflexão acerca do papel da premiação como um incentivador e do real alcance dos objetivos do GPC de disseminar novas práticas que podem incrementar os níveis de desenvolvimento local.

Destaca-se que não houve aqui a pretensão de encontrar causalidade, o que torna impossível afirmar, com significância estatística, que o aumento no número de projeto deve-se somente à premiação dada pelo GPC. Apesar de não possuir significância em termos estatísticos, essa análise se torna extremamente relevante no sentido de subsidiar futuras análises de natureza qualitativa e quantitativa acerca de iniciativas nessa perspectiva.

Cabe abordar, também, a importância do GPC na relação entre a extensão, o ensino e a pesquisa no âmbito da FGV-EAESP. Seguindo o que aborda Silva (2013), o GPC agrega valor ao ensino, ao permitir que o aluno aplique os conhecimentos de forma prática, criando, também, uma emancipação teórica. Além disso, visa estimular a pesquisa, baseando-se em uma visão crítica da realidade, por meio das diferentes experiências, apresentando fenômenos e relações até então pouco explorados ou desconhecidos pela literatura, como por exemplo, o trabalho de Caldas e Nonato (2013).

As experiências do GPC e o próprio GPC constituem um importante instrumento fomentador de novos estudos. Nesse sentido, o Prêmio vai além das propostas iniciais e favorece, também, a pesquisa como mostrado no parágrafo anterior, contribuindo para que a IES seja reconhecida pela sua atuação não só no seu entorno, como aborda Silva (2013), mas também em um nível nacional, como mostram as figuras destacadas nesta seção de resultados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar as práticas inovadoras com vistas ao desenvolvimento local e o papel dos programas de extensão universitária como disseminador e incentivador desse tipo de prática. Nesse sentido, coloca-se como sendo um exercício inicial de uma discussão que abrange, não somente o papel dos programas de extensão, mas também como as práticas inovadoras com o intuito de responder às demandas da sociedade e, dessa forma, ampliar os níveis de desenvolvimento local que se distribuem no território brasileiro.

As análises georreferenciadas mostram que as práticas aqui analisadas seguem a lógica na qual determinada região com melhores indicadores de desenvolvimento apresentam um melhor nível de desenvolvimento, o que não contribui para a diminuição do *gap* socioeconômico entre as regiões brasileiras. Esperava-se que localidades com maiores necessidades apresentassem, também, um maior número de projetos e de naturezas distintas. Porém, acredita-se que a baixa quantidade de projetos destas regiões seja fruto, entre outros pontos, de más condições financeiras e dos próprios níveis de desenvolvimento dessas regiões, que não propiciam a criação de projetos de melhor qualidade, aptos a se inscreverem no Prêmio GPC.

As análises permitiram verificar que nas cidades onde houve iniciativas consideradas como sendo destaque em 2005, 92 novas iniciativas surgiram e 88 no ano seguinte, demonstrando a importância do GPC como um incentivador e disseminador de iniciativas como as aqui discutidas.

Como limitação desse estudo, destaca-se a utilização da base do GPC, que pode conter viés de autosseleção, já que as práticas devem ser inscritas no programa. Apesar dessa limitação, acredita-se que esse estudo torna-se fundamental no sentido de que fomenta discussões acerca do papel dos programas de extensão universitária no incentivo a práticas com vistas ao desenvolvimento local, além de apresentar uma visão georreferenciada dessas práticas inovadoras e, assim, mostrar a sua distribuição no território brasileiro.

O impacto dessas iniciativas e uma análise de causalidade, tendo como objetos o Prêmio GPC e as práticas inovadoras, são uma sugestão para estudos futuros de uma corrente que aborda questões relacionadas a iniciativas de desenvolvimento local e o papel de programas de extensão na mudança da realidade local. Além disso, questões relacionadas ao tripé ensino, pesquisa e extensão e a sua relação no âmbito do Programa Gestão Pública e Cidadania carecem de um maior aprofundamento em estudos posteriores.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR. **Perfil das IES particulares e sua contribuição para o desenvolvimento do país**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/abmes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2013.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DE ENSINO SUPERIOR. **Proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira**. 3. ed. atual. e rev. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.adurrj.org.br/4poli/documentos/caderno2_andes.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

CALDAS, E. L.; NONATO, R. S. Compras públicas e promoção do desenvolvimento local. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 64, p. 465-480, 2013.

CASTRO, L. M. C. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores**. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, C. C. M. et al. Disparidades inter-regionais e características dos municípios do Estado de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 10, n. 20, p. 52-88, 2012.

CUNHA, L. A. A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. **Aberto**, Brasília, v. 8, n. 43, p. 3-9, 1989.

DEWAR, M.; ISAAC, C. Learning from difference: the potentially transforming experience of community-university collaboration. **Journal of Planning, Education and Research**, Atlanta, v. 17, p. 334-347, 1998.

DOWBOR, L. Desenvolvimento local e apropriação dos processos econômicos. **Revista IEB**, São Paulo, n. 50, p. 13-112, set. 2010.

FARAH, M. F. S. Gestão pública e cidadania: iniciativas inovadoras na administração subnacional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 126-156, jul./ago. 1997.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Inovações em gestão pública e cidadania**. Disponível em: <http://ceapg.fgv.br/pt-br/node/86516>. Acesso em: 15 out. 2013.

GAFFIKIN, F.; MORRISSEY, M. Anew synergy for universities: redefining academy as an 'engaged institution'. **Education, Citizenship and Social Justice**, Thousand Oaks, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2008.

HENNINGTON, E. A. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 256-265, jan./fev. 2005.

HOLLAND, B. Analyzing institutional commitment to service: a model of keyorganizational factors. **Michigan Journal of Community Service Learning**, Michigan, v. 4, n. 1, p. 30-41, 1997.

MARTINS, R. D.; VAZ, J. C.; CALDAS, E. de L. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumentos e território. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-590, jun. 2010.

MELO NETO, J. F. Extensão universitária: em busca de outra hegemonia. **Revista Extensão**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-7, jan. 1996.

NASCIMENTO, I. R. T. do. A indissociabilidade entre pesquisa e extensão na universidade: o caso da ITES/UFBA. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 3, n. 5, p. 41-46, nov. 2012/abr. 2013.

RUBIN, V. Evaluating university-community partnerships: na examination of the evolution of questions and approaches. **Cityscape**, Washington, v. 5, n. 1, p. 219-230, 2000.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 21-41, dez. 2007.

SILVA, L. D. A gestão da extensão universitária: uma nova sinergia entre os três pilares da educação superior universitária. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRACAO, 4., 2013, Brasília. **Anais…** Brasilia: EnEPQ, 2013. p. 1-16.

SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. In: SPINK, P.; BAVA, S. C.; PAULICS, V. (Org.). **Novos contornos em gestão local:** conceitos em construção. São Paulo: PÓLIS, 2002. p. 241-258.

SORENSEN, J.; LAWSON, L. Evolution in partnership: lessons from the East St. Louis action research project. **Action Research**, Portland, v. 10, n. 2, p. 150-162, 2011.

SPINK, P. K.; CLEMENTE, R.; KEPPKE, R. Governo local: o mito da descentralização e as novas práticas de governança. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 61-69, 1999.

TAVARES, M. das G. A política de extensão para as universidades brasileiras: análise das propostas do governo a partir dos anos 80. **Revista do Centro de Educação da UFAL**, Maceió, v. 5, n. 5/6, p. 21-44, 1997.

TENÓRIO, F. G. Cidadania e desenvolvimento local: os casos brasileiros. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 9., 2004, Madrid. **Anales...** Madrid: CLAD, 2004. 1 CD-ROM.

TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. Gestão pública e cidadania: metodologias participativas em ação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 101-125, jul./ago. 1997.

VOLPE, R. P.; CHEN, H.; LIU, S. An analysis of the importance of personal finance topics and the level of knowledge possessed by working adults. **Financial Services Review**, Atlanta, v. 15, p. 81-98, 2006.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, Atlanta, v. 15, n. 1, p. 59-79, 2006.